



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa o seguinte requerimento:

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon. *(Pausa.)*

Orientação de bancada.

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Há alguém contrário à urgência?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL é contrário.

O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB encaminha “sim”, e todos os partidos da base.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP vota “sim”, entendendo que essa matéria é de suma importância. Elogio a atuação de V.Exa. ao conseguir trazer para esta Casa esse requerimento de urgência. E que V.Exa. também conduza a votação, porque nós precisamos muito. O Rio de Janeiro está numa penúria bastante grave, também o Rio Grande do Sul, o Estado de Minas Gerais. E essa é uma recuperação fiscal que precisa realmente ser uniformizada, usar critérios, para que esses Estados se recuperem e não voltem a cometer os mesmos erros que cometeram.

O Bloco PP/PTN/PHS/PTdoB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Democratas vota “sim”, Sr. Presidente, embora tenhamos que discutir o mérito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta matéria tem uma relevância histórica. Todos sabemos do quadro grave por que passam praticamente os Estados brasileiros no geral.

O Rio de Janeiro talvez seja a ponta do *iceberg*, mas Minas, Rio Grande do Sul e tantos outros também já se encaminham para um colapso fiscal, ou seja, o que arrecadam não é suficiente diante das despesas que precisam ser cumpridas. Logo, a repactuação federativa, a recuperação fiscal é algo indispensável.

Esta matéria tem que ser abordada, tem que ser discutida, com equilíbrio, com tranquilidade, para que nós consigamos encontrar um denominador comum que caiba exatamente na possibilidade real de cada Estado atender a exigências que



têm que ser estabelecidas sim. Não há que se cogitar de nenhuma dádiva sem qualquer contrapartida.

A União, que é o primo rico nesta sociedade brasileira, tem que arcar com a sua responsabilidade. Os Estados, por sua vez, também. Nós precisamos, ao tempo em que se exige um cinto apertado, porque não há saída, que a lei trate da recuperação econômica. Sem atividade econômica fluindo, sem nenhum tipo de expansão da economia, nós não traremos a solução em definitivo para o problema federativo brasileiro.

Então, vamos votar a favor. Vamos inaugurar esse debate. Há muitas sugestões que hão de aperfeiçoar o projeto, mas não podemos fugir à nossa responsabilidade de votar uma lei de recuperação fiscal dos entes Federados brasileiros.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Josué Bengton votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. LUCAS VERGILIO (SD-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD vota "sim".

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a União massacrou os Estados e Municípios arrecadando todo e qualquer tipo de imposto. Os Estados e os Municípios brasileiros estão em estado de penúria e precisam, sim, de recuperação.



Portanto, o PR vai votar “sim”, para a recuperação fiscal dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria vota “sim”.

O SR. JOSE STÉDILE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta “sim”, pela urgência, mas depois quer discutir detalhadamente o mérito da questão.

O SR. DOMINGOS NETO - O PSD vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

A SRA. POLLYANA GAMA (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na votação anterior, a Deputada Pollyana Gama gostaria de registrar o voto “não” ao PL 54, de 2015. E, nesta votação, orienta a urgência.

Votei “não” à urgência do PL 54, de 2015.

Na votação atual, orientamos o voto “sim”.

O SR. EROS BIONDINI (Bloco/PROS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco PTB/PROS orienta “sim”, em vista da grave crise que afeta os Estados. O meu Estado de Minas Gerais é um exemplo disso. Portanto, convocamos os nossos Deputados para virem ao plenário votar e orientamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com certeza, precisamos levar ajuda e socorro aos Estados e também aos Municípios.



Faço o oportuno registro nesta Casa da visita do nosso querido Vereador Jalmir Junior, do Município de São Gonçalo, no nosso Estado do Rio de Janeiro, que sofre muito com a escassez de recursos. Queremos dar-lhe as boas-vindas a esta Casa, S.Exa. que está em seu primeiro mandato, e agradecer-lhe.

Quero dizer que esta Casa precisa, sim, ajudar os Estados e os Municípios que estão carentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALAN RICK (PRB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB encaminha “sim”, por entender que este é o momento de o Congresso Nacional apoiar os Estados que enfrentam grandes dificuldades.

O PRB encaminha “sim”, em defesa dos Estados brasileiros.

O SR. CHICO ALENCAR - Peço a palavra para falar por 1 minuto, em nome do PSOL.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL entende que é urgente uma reformulação profunda do modelo econômico e do pacto federativo e o respeito inclusive aos Estados. Essa proposta é draconiana, muito mais violenta que aquela que a Câmara aprovou, e o Presidente ilegítimo vetou.

Aqui se está dando um aval generalizado para a privatização absoluta de todos os bens públicos dos Estados, como se fez criminosamente com a CEDAE, no Rio de Janeiro. Aqui se está estabelecendo que o servidor público vai pagar essa



conta, inclusive da roubalheira dos governantes, aumentando suas alíquotas previdenciárias até de aposentados. Aqui se está dizendo que o Estado tem que ser mínimo e a alienação de direitos tem que ser máxima. Nós não podemos repetir no Brasil inteiro o que houve no Rio de Janeiro. Isso é vergonhoso.

O PSOL vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero registrar que, embora tenha votado favoravelmente à urgência da matéria, preparei algumas emendas, até porque existem duas incongruências enormes no projeto.

A primeira delas é a questão da privatização das empresas de saneamento. Diga-se de passagem, não estamos autorizando a privatização apenas da CEDAE, mas a privatização das empresas de saneamento de todos os Estados. Eu conversava com um Deputado de Pernambuco que nem sonhava com isso.

Por outro lado, Sr. Presidente, um artiguinho muito simples acaba com a possibilidade — e, portanto, é inconstitucional — de todos os Estados requererem a Lei Kandir, simplesmente tira o direito constitucional dos Estados de requererem na Justiça a Lei Kandir.

Então, Sr. Presidente, voto a favor, mas já me preparei. As emendas já estão prontas para serem apresentadas.

Obrigada a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.



O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Vou encaminhar a posição do PT.

Primeiro quero reforçar o convite em nome do nosso Líder Zarattini para hoje à noite: a grande vigília que faremos para criticar a antirreforma da Previdência. O Brasil não pode aprovar essa antirreforma. Temos que fazer reformas positivas e não negativas.

E aqui vem esse outro tema. Nós vamos votar a favor da urgência, mas eu quero chamar a atenção de todos os Deputados gaúchos, cariocas, mineiros, de Estados que podem entrar nessa renegociação: se essas contrapartidas que estão nesse projeto de lei forem votadas, o Governo Federal vai virar uma espécie de FMI dos Estados, o Governo Federal vai dizer: *“Não pode mais contratar policiais, não pode mais dar aumento de salário, não pode mais administrar o Estado.”* Isso é um absurdo!

Por isso nós vamos nos colocar contra...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Chico Lopes, do PCdoB.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa matéria já passou por aqui na legislatura passada e ela traz prejuízos tanto para os Estados, quanto para os Municípios.

Por isso o PCdoB vota “não”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Alceu Moreira.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT entende que os Estados precisam dessa renegociação. Nós vamos votar “sim”, mas nós vamos também querer discutir o mérito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota “sim”.

O SR. SARAIVA FELIPE (PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Saraiva Felipe votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós enfrentamos problemas em três Estados principalmente, como em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e no meu Estado, o Rio Grande do Sul, e temos sérias críticas às contrapartidas.

Agora, no requerimento de urgência, achamos que é importante afunilar a discussão, para que possamos dar oportunidade aos Estados de renegociarem as suas dívidas. Então, nós votamos “sim” ao requerimento de urgência, mas no mérito teremos restrições às contrapartidas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos votar.

O SR. DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DELEGADO WALDIR (PR-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, hoje estamos votando aqui apenas a urgência do PLP 343/17.

Queria apenas pedir a V.Exa. e aos demais Parlamentares aqui presentes que reflitam sobre esse projeto. O favorecimento aos Estados vai trazer um grande impacto para os servidores públicos de cada Estado: concursos serão proibidos e haverá aumento na contribuição da Previdência.

Peço aos Parlamentares que, mesmo que estejamos votando apenas a urgência, tenham sensibilidade no momento do voto e não esqueçam que quem quebrou os Estados não foram os servidores públicos, não foram os cidadãos, mas que o arrocho vai acontecer para todos eles.

Portanto, peço aos Srs. Deputados que tenham sensibilidade e não esqueçam que o voto de S.Exas., mesmo para a urgência, vai trazer grandes consequências.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EVANDRO GUSSI (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, obviamente sabemos a que se objetiva esse requerimento de urgência.

Na mesma linha do Deputado Delegado Waldir, também queremos deixar registrado que a insolvência do Rio de Janeiro, de Minas Gerais ou do Rio Grande



do Sul não pode ser creditada aos servidores. Não é razoável que os Estados, para resolver seu problema de equilíbrio fiscal, imponham, em definitivo, um prejuízo aos servidores.

Num momento em que se está discutindo aqui uma reforma da Previdência por meio de emenda constitucional, é um absurdo que venhamos a fazer uma espécie de reforma da Previdência por lei ordinária, impondo aos Estados condicionantes que nem sequer foram discutidas na proposta de emenda constitucional.

Portanto, fazemos um apelo a toda a Mesa. Não se trata de insensibilidade com o Rio de Janeiro. Mas, para salvá-lo, não podemos sangrar o conjunto dos servidores de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul ou de qualquer outro Estado. É realmente inaceitável que a União imponha isso aos Estados neste momento.

Portanto, nós nos somamos aqui ao apelo do Deputado Delegado Waldir no sentido de que possamos discutir essa questão exaustivamente e encontrar outro caminho que não seja o de sangrar os servidores para salvar o equilíbrio fiscal dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, quero apenas fazer um alerta porque tive a oportunidade de discutir esse projeto.

Primeiro, o projeto vem com indicadores econômicos que limitam muito a possibilidade de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal. Pernambuco, por exemplo, não tem condição de aderir porque está com uma situação fiscal muito melhor do que a estabelecida no texto.

Segundo, só vai aderir o Estado que quiser, e caso a Assembleia aprove as contrapartidas que estão no texto — isso se o projeto do Governo for aprovado.



Então, nenhum Estado que tenha uma situação fiscal diferente da situação do Rio de Janeiro ou, talvez, da situação de Minas Gerais, e principalmente diferente da situação do Rio Grande do Sul, precisa ter qualquer tipo de preocupação.

Em primeiro lugar, só vão aderir aqueles Estados que tiverem índices muito negativos, porque a adesão está restrita a isso. Em segundo lugar, os Estados precisam que as Assembleias aprovem as contrapartidas que estarão sinalizadas no texto.

Não há obrigatoriedade direta de o Estado limitar salário de servidor ou de vender sua empresa de saneamento. Isso está restrito àqueles que têm uma situação fiscal muito negativa e que, aprovadas as contrapartidas pelas Assembleias, façam a adesão ao contrato com o Governo Federal.

Registro isso para que se faça a devida separação e para que não se crie no Brasil um clima de preocupação acima do necessário.

O SR. AFONSO HAMM - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Hamm.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de manifestar também a nossa preocupação.

Sou do Rio Grande do Sul, um dos Estados mais afetados em sua condição financeira e que vem, inclusive, atrasando sistematicamente os salários dos servidores públicos, que é uma questão fundamental na vida das pessoas.

Mas nós nos preocupamos com essas obrigações. Na verdade, o Brasil está vivendo a sua maior crise, potencializada nos Estados do Rio Grande do Sul, do Rio



de Janeiro e de Minas Gerais e que se verifica em menor escala nos demais. Não é o momento de forçar demissões nem de fazer algumas privatizações.

Sabemos que até há razões para algumas privatizações necessárias. Mas elas devem ser feitas no momento oportuno. Fazê-las neste momento é uma decisão equivocada, que potencializa o pior.

Precisamos, na verdade, buscar o equilíbrio fiscal e fazer um encontro de contas. O Estado de Minas Gerais — e não só pelo componente político — está buscando o ressarcimento pela Lei Kandir. Entendemos que a União deve buscar um equilíbrio entre o que tem a pagar e o que tem a receber. Na verdade, não podemos exigir um sacrifício maior da população, em especial da população desses Estados e do povo gaúcho.

No meu Rio Grande do Sul, estão procurando desativar empresas importantes, a exemplo da Companhia Rio-Grandense de Mineração — CRM. Inclusive quero reiterar aqui o que já manifestei publicamente, pois não podem fechar essas empresas.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Alceu Moreira.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouço alguns discursos na Casa e percebo que todos querem ser generosos. *“Eu quero defender essa parte.” “Eu quero defender a outra parte.” “Eu acho que essa não tem razão.”* Cada um tenta olhar muito para a próxima eleição, querendo saber como ficará o seu eleitorado quando for feita a renegociação com os Estados.



Da outra vez em que essa proposta esteve aqui, nós a modificamos completamente com essa história de discurso generoso. E o que aconteceu? Os Estados estão penando, a crise se agravou completamente e não houve solução.

O Governo propôs uma negociação, para que não tenhamos que fazer outra daqui a 4 anos ou 5 anos. Trata-se uma proposta que dá aos Estados estabilidade econômica. Ora, se o Governo tem que arcar com esse empréstimo, é certo que ele o fará sob certas condições. E os Estados podem escolher as condições entre aquelas que forem oferecidas.

Não há tempo para se discutir mais. Enquanto estamos aqui discutindo uma questão ou outra, há gente morrendo nos corredores dos hospitais, o transporte da produção deixa de ser feito porque a estrada está cheia de buracos, não se consegue fazer segurança pública e se fica juntando os cadáveres.

É preciso fazer com os Estados sejam suficientes e funcionais, para devolverem em serviços os tributos que cobram. Não adianta sermos generosos. Temos que ver a realidade.

Não dá para ser demagogo e vir a esta tribuna fazer discurso fácil, porque não é com facilidades que se faz um projeto cirúrgico, que se remove um endividamento de décadas dos Estados. Isso tem que ser resolvido agora.

O SR. VICENTINHO - Sr. Presidente...

O SR. WELITON PRADO - Sr. Presidente, o PMB quer orientar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Vicentinho.

(Pausa.)



O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB vota “não”, porque não podemos sacrificar o povo e os servidores públicos a qualquer preço, aceitando qualquer tipo de contrapartida.

Esse projeto abre inclusive a possibilidade de privatização de empresas estatais muito importantes nos Estados.

Por isso, o PMB vota “não”.

Aproveito o momento para deixar claro o posicionamento do PMB sobre a reforma da Previdência. Somos totalmente contra essa reforma. No nosso ponto de vista, ela não é uma reforma, pois acaba com a Previdência Social e os benefícios sociais, prejudica os mais pobres, as mulheres, os trabalhadores rurais e os servidores públicos e beneficia os bancos e o sistema privado.

Quem é jovem não vai mais se aposentar e, por isso, não vai contribuir. Então, como vão ser pagas as futuras aposentadorias?

Não há dúvida nenhuma de que essa reforma quebra a Previdência Social no nosso País. Somos totalmente contrários a essa reforma.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem pela manhã, nesta Casa, ocorreu uma sessão solene em homenagem à Campanha da Fraternidade 2017, realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, cujo tema é *Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida*.

É claro que os biomas são ameaçados pelo interesse de grandes grupos econômicos. Não são os índios que acabam com a floresta, não são os pescadores que acabam com os rios, não são os trabalhadores rurais que acabam com a terra.



A ameaça aos biomas ocorre em função dos interesses dos grandes grupos econômicos, que não têm preocupação ambiental ou com o futuro desta Nação.

Então, quero saudar a CNBB, seu Presidente, Dom Sérgio da Rocha, que esteve aqui ontem, e seu Secretário-Geral, Dom Leonardo Steiner, bem como os Deputados que, junto comigo, propuseram essa sessão solene.

Quero informar aos nobres Deputados que dia 21 de março, na semana que vem, é o Dia Internacional da Luta para a Eliminação da Discriminação Racial. Essa data foi instituída pela Organização das Nações Unidas — ONU em memória às vítimas de Sharpeville, em Joanesburgo, na África do Sul, onde mais de 60 pessoas foram assassinadas quando lutavam contra o *apartheid*.

Realizaremos outra sessão solene, dessa vez para superar a intolerância religiosa. Convido os nossos Deputados evangélicos, católicos, ateus ou que têm outras religiões para participarem dessa homenagem ao Candomblé. Dela participarão autoridades religiosas do Rio de Janeiro, de Brasília, de São Paulo, da Bahia, entre outros lugares.

Será um grande momento de superarmos a intolerância religiosa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. REGINALDO LOPES (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero dizer que a apreciação deste projeto será um espaço importante para que esta Casa inicie o processo de recomposição da Lei Kandir.

Minas Gerais, no final do ano passado, recorreu ao Supremo Tribunal Federal e ganhou a tese de que é credor da União. A Lei Kandir prejudicou Minas Gerais nesses 21 anos em aproximadamente 100 bilhões de reais.



Portanto, pelo fato de o Estado de Minas Gerais vencer e o Supremo Tribunal Federal determinar que a União tem o prazo de 1 ano para fazer um encontro de contas, esta Casa deveria aproveitar a oportunidade e, na apreciação deste projeto, propor um encontro de contas com todos os Estados exportadores que foram prejudicados pela Lei Kandir, a qual não recompôs as receitas dos Estados.

Esse impacto de prejuízo não se ateve apenas aos Estados, porque, de fato, 25% do ICMS pertencem aos Municípios, e a maioria dos Municípios está com dificuldade financeira.

Eu vou apresentar uma emenda em que proponho que esse acerto de contas se dê com a União e os Estados, mas também com os Municípios, que são credores, porque parte dos 25% do ICMS pertence a eles.

Eu acho que esse é um caminho importante. Minas Gerais tem como crédito aproximadamente 130 bilhões de reais e deve à União 80 bilhões de reais; portanto, nós nos consideramos hoje credor da União, e não devedor.

Obrigado, Presidente.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um apelo aos Deputados para que venham a plenário — afinal, o quórum ainda é baixo para atingir os 257 votos positivos —, principalmente os do Rio de Janeiro, de Minas e do Rio Grande do Sul, os mais interessados na aprovação dessa urgência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Sandro Alex.

O SR. SANDRO ALEX (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última semana, o Supremo Tribunal Federal decidiu estender a



imunidade tributária aos *e-books*, ou seja, aos livros eletrônicos. Esse é exatamente o teor de uma proposta de emenda à Constituição que apresentei nesta Casa com o nº 150/2012. Estende a imunidade tributária dos livros, jornais, periódicos e do papel que os imprime aos mesmos jornais, periódicos e revistas em meio eletrônico. O Supremo decidiu pela constitucionalidade, acatando a proposição de minha autoria que estava em tramitação nesta Casa.

Portanto, com a decisão do Supremo, estende-se a esses *e-books* essa imunidade, garantindo uma palavra que incluímos na Constituição: inovação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tema palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Esta matéria que está sendo votada é uma chantagem, é um processo de chantagem. Vamos ser claros! O Governo Federal podia sim fazer a renegociação da dívida dos Estados sem esse tipo de contrapartida esdrúxula que está sendo solicitada.

Invade-se o patrimônio público dos Estados brasileiros, como está acontecendo no Rio de Janeiro, com a CEDAE — Companhia Estadual de Águas e Esgotos, que é superavitária, dá-se um período de 3 anos de carência, joga-se a bomba no colo do futuro Governo e não se resolvem os problemas estruturais dos servidores do Estado do Rio de Janeiro e dos outros Estados. Pelo contrário, isso não resolve e retira direitos desses servidores.

Exatamente por esse motivo, nós da bancada do PSOL somos contra essa emenda e registramos aqui a luta dos trabalhadores da CEDAE no Estado do Rio de Janeiro.



O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Júlio Delgado votou com o partido na votação anterior, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação. Todos já votaram? *(Pausa.)*

Então, vote, Deputado Beto Mansur. *(Pausa.)*

O SR. BETO MANSUR - Pronto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Posso encerrar? Há um Deputado votando ali.

O SR. AFONSO HAMM - Sr. Presidente, eu já falei, mas tenho um discurso para dar como lido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode falar, Deputado Afonso Hamm.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu queria fazer um registro importante. Estive em Candiota, na zona sul do Estado, na mobilização relacionada a uma situação muito triste que estamos vivendo: o fechamento da Fase B da usina termelétrica de Candiota.

Nós já temos potencialmente mil desempregados, e nós estamos organizando uma mobilização com a participação do Prefeito de Candiota, Adriano, com os Prefeitos da região.

Ontem foi feita uma mobilização com Deputados Estaduais, e eu, como Deputado Federal, estive lá presente. Nós buscamos uma audiência com o Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho. Fizemos um documento para quando formos recebidos por ele, para que, com a CGTEE e a ELETROSUL se busque uma solução junto ao IBAMA, já que existe um TAC que foi um acordo feito por meio da área judicial e do meio ambiente com a empresa, e não foi cumprido no prazo. Há



uma dificuldade financeira em todos os segmentos do País, e não é diferente lá com a CGTEE.

Nós precisamos de energia firme, porque no extremo sul do País, a forma de gerar energia em maior escala é pelas térmicas a carvão. Nós usamos apenas 1,7% da matriz energética do País com carvão mineral. Nós precisamos da geração dessa usina até a substituição por uma usina de maior tecnologia e de menor impacto ambiental.

O impacto social que se está gerando com os desempregos na economia da região requer exatamente essa atenção do Governo Federal e do próprio Governo do Estado.

Era isso, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na manhã de ontem participei de uma grande mobilização no Município de Candiota, na Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, que assinalou nossa contrariedade ao desligamento da Fase B da Usina Termelétrica Presidente Médice, pertencente à Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (ELETROBRAS/CGTEE).

Durante a manifestação, que contou com a presença de centenas de membros das categorias do setor de mineração, eletricidade, construção civil, técnicos e comunidade, além de integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo das cidades da Campanha Gaúcha, constatamos o impacto dessa decisão na vida de milhares de pessoas.



A Fase B é uma das principais geradoras de energia do complexo termelétrico, com capacidade instalada de 320 megawatts.

A principal atividade econômica de Candiota é a extração do carvão mineral, que abastece as usinas. Com o desligamento, o Município deixará de arrecadar R\$ 12 milhões por ano, o que significa que centenas de chefes de famílias perderão sua principal fonte de renda, contribuindo para o enfraquecimento da economia da metade sul do Estado, a qual já sofre os efeitos da crise e da recessão econômica que atingem todo o País.

No momento em que o Governo do Estado manifesta a intenção de privatizar a Companhia Riograndense de Mineração (CRM), outra empresa que é o pulmão da economia da região, o desligamento da Fase B somente agrava os problemas enfrentados por toda a sociedade gaúcha.

Por isso, reitero minha posição contra essa decisão e reafirmo que o Governo Federal precisa ser sensível às reivindicações destes milhares de trabalhadores, no sentido de viabilizar as condições para que a Fase B volte às atividades e tenha condições de se adequar às exigências do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o IBAMA.

Nosso próximo compromisso será discutir esse assunto com o Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho. Na oportunidade entregaremos um documento, que é o resultado do ato de ontem, para a instauração de uma Frente Parlamentar pela manutenção e fortalecimento da Fase B da ELETROBRÁS/CGTEE, visando evitar o seu definitivo desligamento.

Era o que eu tinha a manifestar. Peço a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 292;

NÃO: 34;

ABSTENÇÃO: 2.

A URGÊNCIA FOI APROVADA.